

A Tríade, Mulher-Mãe-Trabalhadora – A creche como uma conquista

Alessandra Aparecida Lúcia
Pontifícia Universidade Católica

Este estudo que tem como tema a creche e as mobilizações sociais para a sua existência tendo como figura central deste “embate” a mulher. Porém, antes de discorrer sobre os processos decisórios para a implementação da creche enquanto espaço assistencial e/ou educacional faz-se necessário elencar os fatores que propiciaram isto.

Inicialmente levantou-se a seguinte questão: Que relação a necessidade de creche guarda com as características da economia e do mercado de trabalho tendo como espinha dorsal o feminino? E também como esse feminino se organizou enquanto classe para reivindicar seus direitos? Há uma consciência crítica e nítida de seu potencial enquanto classe ou existe apenas uma ação inconsciente que em um dado momento as aglutinam em um mesmo pensamento?

Observa-se que no início do século XX ocorre uma inserção quase que maciça da mulher no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. “(...) as mulheres representam mais de um terço da população economicamente ativa do mundo, e em cada 100 mulheres em idade de trabalho, 46 participam daquele contingente”(BULPORT, 1986, p. 17). O aceleramento da economia mundial impõe mais capital ao empregador do que ao empregado, com isso a renda familiar se vê em decadência, o homem sozinho não consegue prover sua casa, neste momento, a estrutura familiar até então centrada na figura masculina sofre uma drástica mudança, pois cabe também à mulher o sustento do seu lar, sua inserção no mundo do trabalho lhe trouxe uma sobrecarga muito grande de responsabilidade, agora ela será mãe, esposa e trabalhadora. “O papel das mulheres no trabalho assalariado foi regido pela reprodução e modificação incessantemente por vicissitudes como o casamento, maternidade, criação dos filhos, ao contrário da atividade masculina, que elimina parcialmente essas variáveis.” (MATOS, 1996, p. 72)

Porém essa inserção trouxe alguns agravantes quanto à estrutura familiar uma vez que além das funções domésticas a mulher exercia uma função extra-domiciliar, e que portanto, suas obrigações domésticas que também estavam inseridas na instituição matrimonial que como, as outras possui suas normas (às vezes instituídas pelo costume ou tradição) e, nesse caso, a mulher tem que cumprir suas obrigações de esposa/dona de casa e mãe. Desta forma a mulher apresenta uma dupla jornada de trabalho: a do lar e a de trabalhadora.

Mediante este quadro pode-se enumerar algumas questões, no intuito de mapear como essa inserção da mulher no mundo do trabalho foi importante para ela enquanto mulher, mãe e trabalhadora.

A primeira questão que se coloca é: A presença feminina no mercado de trabalho considerada como um elemento de liberação pessoal significa, uma vez mais, não somente a sua dependência em relação à conjuntura econômica, como também uma forma de sofrer, através das características dos estatutos do mercado de trabalho.

A segunda consiste em como o movimento de emancipação dessa mulher frente ao trabalho e ao sindicato se efetivou. Será que essa “consciência” emancipadora lhe permitiu vislumbrar que ela, enquanto ser social e econômico, era “capaz” de se organizar?

Ao analisar esta citação, observa-se que: “É verdade que o movimento de emancipação das mulheres no trabalho e no sindicato deslocou-se gradativamente em direção a reivindicações mais avançadas, e a ação sindical sobre o papel das mulheres na produção e sobre a profissionalização destas”.(RONCI, 1986, p.145) Portanto, essa mulher ao tomar consciência de seu potencial enquanto categoria, “parte pra cima” do sistema trabalhista e começa a exercer seus direitos e deveres sociais, ou seja, ela se vê frente a frente com uma nova estrutura de vida, o mundo do trabalho.

A presença feminina no mundo do trabalho está vinculada a uma sistemática, onde não há como separar a tríade mulher-mãe-trabalhadora, não somente porque ela assume esse triplo papel, mas também porque com isso é obrigada a uma jornada de trabalho intensa e extensa além de cansativa. É preciso conciliar o âmbito familiar/doméstico e o público/trabalhadora, observando a dinâmica, tempo, espaço de produtividade e socialização e as “cobranças” que sua presença no mundo do trabalho acarreta para sua família, uma vez que este possui em sua gênese características masculinas. Portanto ele é direcionado ao homem e não à mulher:

A insegurança que o pai sente de tá ali desempregado, de não consegui mantê a família, a mulher acho, que ela inseri no mercado de trabalho não é só uma opção dela, muitas vezes ela tem que inseri no mercado de trabalho pra mantê a família, e por falta de opção.

Eu acho que é uma carga muito grande que a gente carrega nas costas, sabe? Porque, querendo ou não é você é... que tá ali, você de uma certa forma, mulher de um certa forma, ela é que dá estrutura, tá? Quando o marido tá desempregado ela que tem que sê compreensiva, ela que tem que dá estrutura, ela que tem que batalhá um emprego, pra mantê a família, tá certo?, se alguém saí, se desestrutura a família, quem fica com os filhos geralmente é a mãe né? Então, eu acho que ela tem assim, tantas funções, é... nem sempre ela consegue exercer todas as funções, né? é... com alto índice de aprovação (Depoente Renildes Sirlei de Barros, 40 anos).

Nesta fala a depoente se mostra consciente das dificuldades que a mulher encontra para se inserir no mercado de trabalho e diz ainda que muitas vezes essa inserção se dá não por vontade própria, mas por falta de opção, por não consegui ver seus filhos passando fome, porque o pai está desempregado. Essas mulheres se lançam no mercado de trabalho muitas vezes até sem condições profissionais para trabalhar, muitas vezes em nome de sua família.

Esta inserção da mulher no mercado de trabalho traz consigo também algumas modificações na estrutura trabalhista do sistema capitalista, como, por exemplo, na década de 1970 quando os movimentos sociais eclodiram pelo país e algumas mulheres começaram a se organizarem enquanto categoria, propondo algumas reivindicações, como: redução da jornada de trabalho, paridade salarial, creches...

As reivindicações fazem parte desse processo de luta desde o início do Século XX, porém ao analisar vários estudos percebe-se muitas vezes, a inconstância desse movimento. Em determinado momento, torna-se difícil falar em classe operária feminina no Brasil, haja vista os hiatos encontrados entre uma ação coletiva e outra. O que se encontra são ações esporádicas, que muitas vezes trazem algum resultado positivo ao movimento.

Pensar a classe operária brasileira no feminino é uma tarefa difícil porque considerada como um desvio em relação aos assuntos importantes. Os meios são insuficientes, os obstáculos objetivos (carência de recursos) e subjetivos (sob forma de preconceitos) são inumeráveis (LOBO, 1986, p.131).

Com efeito, essa mulher trabalhadora vai aos poucos mudando o cenário trabalhístico, incorporando a ela suas resistências, muitas vezes veladas, mas não deixando de manifestar sua insatisfação mediante sua condição de trabalho.

Ora, sem subestimar o poder do capital e sua capacidade de absorver certas lutas e certas reivindicações, esses movimentos (liderados por mulheres) mesmo de forma não organizada conseguem estabelecer no mundo do trabalho um rito de passagem que não foi possível apagar da história, mesmo quando alguns sindicatos ligados ao governo (sindicatos populistas em sua grande maioria) incitavam a opinião pública, dizendo que as mulheres que frequentavam os sindicatos eram prostitutas e coisas do gênero. Pode-se analisar, portanto, neste discurso o quanto essas mulheres que se organizavam politicamente enquanto classe eram rechaçada pelo sistema trabalhista brasileiro.

Essa experiência repressora, porém não era apenas no Brasil, o mundo respirava o trabalho masculino na citação a baixo tem-se um exemplo de como a mulher era vista como apenas um ser doméstico e que, portanto seu lugar era em casa e não na fábrica.

Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, e concebida inicialmente para fazer filhos; em seguida, para lavá-los; conservar a casa limpa; educar seus filhos; instruir-se ao educá-los e tornar o mais feliz possível a existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. Ao nosso juízo, este é seu papel social. (BULPORT, 1986, p.14) ¹

¹ Esta citação faz parte de um panfleto da CGT, 1920, Sindicato Francês.

Isso mostra como os sindicatos eram (ou ainda o são) incapazes de pensar a força de trabalho feminina como sendo específica, e ao mesmo tempo como parte inerente interessada na dialética capitalista, que é a unidade e contradição. Outrossim, representa um pensamento arcaico e machista, onde se pensa o papel social da mulher apenas no reduto familiar, caso isso não ocorra poderá ser responsável pelo desequilíbrio familiar.

Em outros momentos esta mulher quer estar no mercado de trabalho para dar uma melhor condição de vida para si e para os seus familiares, provendo assim conjuntamente com seu parceiro o sustento de seu lar. Porém em alguns casos o empecilho não está no mercado de trabalho, mas sim em casa, pois muitos maridos não concebem suas esposas estarem largando suas funções domésticas para então se lançarem no mundo do trabalho.

[...] eu estava retornando, a trabalhá fora de casa, porque a gente pode até fazê uma cunha, porque trabalhá fora de casa pra mim neste momento, era uma... entre aspas aí (risos) foi um crescimento conjugal, entre eu e meu marido, porque na verdade ele não queria que eu trabalhasse fora, foi por isso que eu saí da Universidade em 81, porque ele exigiu... ele assim... nessa época eu acabei assim, com tantas brigas pra eu não trabalhá fora, que não sei mais o quê, mulher não podia trabalhá fora, e tal, e naquela pobreza danada e tal, e eu brigando que eu deveria trabalhá, e aí eu fui até o meu limite, aí quando eu cheguei ao limite de que ou eu me separava dele mas que.. ou eu me separava dele , mas... pra continuá trabalhá né? e tudo? Ou eu continuava trabalhando ou eu me separava dele essas coisas todas, quer dizer, é... aí eu optei em ficar com ele né? mesmo porque os meus meninos que era petitinhos naquela época e tudo, falou pra mim que se eu quizesse ficá longe do pai deles que eu podia ficá, mas eles seguravam a mãozinha um do outro e falou, nós não vamos, nós vamos ficá com meu pai. Então, quer dizer eu pressionada pelo marido né? pra sê a dona de casa que ele queria que eu fosse, né? dentro do ideal dele, e pressionada por um lado pela pobreza que a gente vivia, e tal, mas aí.. vem meus meninos, né? nessa idade que... que idade que o Cláudio Roberto tinha? (lembrando...) e os outros fizeram assim o beicinho de concordar com ele (faz um trejeito coma boca pra mostrar como os filhos fizeram na ocasião), quer dizer ,o Cláudio tinha 7 anos? Tinha 6 pra 7 anos, o Manoel 3 e o Douglinhas com menos de um ano, um ano e pouquinho? Todos eles fizeram beicinho, né? concordando com o irmão deles que eles não iam ficar sem o pai! Então eu me vi... falei vou fazê opção por você pela 2ª vez, tô saindo do serviço e tal (risos). Então voltá a trabalhá pra mim, eu tinha que resolvê esse lado pessoal, né? que foi uma outra luta lá em casa e tal. E.. que ficou resolvendo... [...] (Depoente Maucia Vieira dos Reis, 51 anos).

Percebe-se na fala da Maucia que ela se sentiu pressionada a se manter no “cargo” de mãe e esposa e dona de casa, pelos próprios filhos que apesar de não terem idade para raciocinar como adultos, perceberam que aquela era a única maneira de fazer com que a mãe ficasse em casa ao invés de sair para trabalhar. Percebe-se, portanto, que a manipulação se dá via sentimento, a mulher se sente desamparada, frente a uma imposição dessas, se ela “quizesse ficá longe do pai deles” ela podia ficar, eles seguravam as mãos uns dos outros em sinal de união dizendo-lhe que ficariam com o pai. Para uma mãe acredita-se que esta deve ter sido uma dura decisão, pois como salienta Maucia viviam numa precariedade só, e ter que abrir mão de seus sonhos pra poder continuar com os filhos não deve ter sido fácil não.

Observe o quanto esta cena se apresenta profunda e o quanto ainda está arraigado na sociedade brasileira a presença feminina no lar, mesmo vivendo as contradições sociais, o poder de compra centralizado nas mãos de poucos, a idéia da mulher fora de casa trabalhando como o homem ainda não é aceita assim com tanta naturalidade. Foi apenas quando seus filhos já estavam crescidos, quase uma década depois que Maucia “consegui” o consentimento de seu marido para trabalhar fora de casa. Nesta situação vê-se claramente como a estrutura patriarcal ainda está inserida nos lares.

Minina pra eu trabalhá fora de casa foi uma luta só, (risos) meu marido achava que eu tava era caçando home, veja só, foi muita conversa pra eu pudê trabalhá. Eu lavava ropa em casa né? mas aí tava ficando muito caro né? gastava água e Luiz, e a gente naquela penúria danada, então minhas patroa me fizeram uma sugestão de eu i lavá as ropa nas casa delas né? Mais o Jão vivia implicando, dizendo: ara, mulhê! Seu lugá é aqui, cuidado dos minino e de mim. Dixa que trabalhá é coisa de home, espia só, vê se pode (risos) ele custava pô a comida dentro de casa, ropa, calçado, essas coisas a gente só tinha nova no natal...Então bati o pé e falei, eu vô trabalhá sim!!!Quero dá melhô condição de vida presses minino, um estudo bão, que eu não tive... Aí ele veio com a bomba né? Quem vai cuidá das criança? Gritô o véi... (Depoente Marlene dos Santos Abadio, 72 anos)

Dona Marlene ao contar este fato se mostra muito satisfeita consigo mesma, uma vez que ela “peitou” seu marido, numa questão que já estava imposta desde que se casaram, ou seja, lugar de mulher é em casa cuidado dos afazeres domésticos, e ela conseguiu depois de muito sofrer passando necessidade como ela diz, romper com o lacre, decidiu dar um novo rumo pra sua vida, mesmo que para isso tivesse que ter outra pessoa cuidando de seus filhos...

O movimento social feminino é multifacetado e por conseqüência essa diversidade o faz tão peculiar quanto à sua historicidade que é clássica.

O fenômeno importante e relativamente novo é o que caracteriza, sem dúvida, uma relação diferente das mulheres com o trabalho em geral e com o *seu* trabalho: o trabalho passa a ser um lugar de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas de sua *vida privada*. O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da *articulação* entre a vida familiar e vida profissional (questionamento, de algum modo, a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização social da vida cotidiana (instalações para uso coletivo, como creches, por exemplo) e descompartmenta os problema de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (concepção, aborto, creches); essas reivindicações, essas lutas são passíveis de modificar a natureza e o código do mundo do trabalho. (BULPORT, 1986, 15)

Acredita-se que por carregar esse fardo, esse medo de deixar o seu lar “à deriva” foi que muitas mulheres resistiram tanto em se posicionar no cenário trabalhista, isso devido sua criação, que foi totalmente diferenciada do homem. Conseguir se estabelecer enquanto um ser social foi e ainda é uma luta muito árdua, não somente devido aos valores arraigados na sociedade, mas também estes estão presentes nos próprios sujeitos: as mulheres.

Sair de casa para se inserir no mercado de trabalho era a primeira luta que essa mulher iria enfrentar, a segunda era se manter neste setor. A presença feminina no mercado de trabalho trouxe muitas resistências do setor industrial, uma vez que ela já se esgueirava por todos os segmentos do trabalho, a classe patronal se organiza de forma a oferece-lhe serviços que dentro de uma indústria eram considerados “domésticos”.

Portanto, em muitas fábricas às mulheres eram reservados serviços que os homens em sua grande maioria recusavam, por se caracterizarem funções femininas. Mas mesmo assim, a mulher foi galgando seu espaço, tanto que já na década de 1980 várias mulheres estavam desenvolvendo atividades que até então, só os homens haviam exercido. “As atividades em que as mulheres penetraram foram progressivamente desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente e deserddadas pelos homens”.(MATOS, 1996, p. 72)

Com a conquista do espaço de trabalho, era necessário então, ir atrás de outras conquistas, como igualdade de salários, redução da jornada de trabalho, horário de descanso e creches, por exemplo. Mas para obter êxito era necessário que realmente estes se organizassem enquanto um movimento homogêneo, que estivesse buscando o mesmo ideal, sem se perderem no caminho.

Inspirados inicialmente nos movimentos feministas, que estavam preocupados em dar à mulher a liberalidade de suas funções domésticas, podendo assim, se dedicarem ao trabalho adoméstico, a luta pela creche foi tomando formas próprias quando esta se constitui um desejo mútuo das mulheres, sejam aquelas que se engajavam nos movimentos feministas, ou aquelas que apenas queriam lutar por melhores condições de trabalho, de vida para si e para sua família, garantindo assim um lugar para seus filhos ficarem enquanto estavam trabalhando.

Somaram-se a essa luta outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida, ocupando espaço social e político a partir da segunda metade da década de 70. Nos âmbitos dos bairros, creches, escolas e principalmente nas igrejas, a presença feminina foi marcante, reivindicações, condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação (carências de uma população marginalizada no processo de urbanização) além da luta pela anistia (MATOS, 2000, p. 10).

Pensando nessas mulheres que se encontram nas áreas marginalizadas, depara-se com os sujeitos privilegiados neste capítulo, as mulheres que por estarem inseridas no mercado de trabalho, e que por morarem em locais considerados periféricos, deparam-se com situações complexas, que as colocam frente a frente com um problema que mexe com a estrutura familiar, que é a guarda de seus filhos enquanto estão no trabalho. Mediante esse impasse muitas mulheres se organizarão para obterem um espaço específico para seus filhos ficarem enquanto estão trabalhando, que serão as creches.

O surgimento das creches enquanto responsabilidade social do Estado só acontecerá com a aprovação da Constituição de 1988, muito embora na prática a sua efetivação só irá acontecer em 1996 quando se cria a Lei de Diretrizes e Bases nº 9694/96, que institucionaliza esse seguimento designando as responsabilidades a quem de direito, ou seja, ao Município cabe oferecer vagas em sua rede para a colocação dessas crianças em seus estabelecimentos.

Porém antes que isso aconteça, houve muita luta e reivindicações, por parte das mulheres e de associações de moradores. Em Uberlândia esse movimento acontece em meados da década de 1980, com a instauração de um governo cujo lema era a “Democracia Participativa”, chamando para si as responsabilidades sociais.

Até o presente momento desta pesquisa o que se conclui é que a luta por creche em Uberlândia está ligada intimamente com a permanência das mulheres em trabalhos extra-domiciliar, e em contrapartida a falta de alguém que cuide de seus filhos enquanto está fora de casa. A característica marcante dos movimentos sociais e de mulheres em Uberlândia se dá por serem movimento estritamente populares e feminino, se diferenciando do que acontecia no cenário nacional.

Foram pesquisadas 06 localidades da cidade, sendo elas, Bairro Alvorada, Luizote, Santa Luzia, Jardim Brasília, Roosevelt Tocantins. Os três primeiros são caracterizados por conjuntos habitacionais, tendo como sua população, trabalhadores. O Jardim Brasília e o Roosevelt são bairros de população de classe média baixa e trabalhadores, são bairros mais antigos na cidade. O bairro Tocantins tem como característica a ocupação de seu espaço por ex-favelados e trabalhadores do setor informal.

Para o melhor desenvolvimento deste trabalho optou-se por trabalhar com a fonte oral, uma vez que a fonte escrita se mostra escassa, não fornecendo dados necessários para se conhecer a história que se desenvolveu através da luta por creches e dos movimentos sociais disseminados na cidade.

Os entrevistados são pessoas que participaram das associações nos referidos bairros, procurando estabelecer um conjunto de depoentes que fizeram parte de todos os processos de implantação das creches, ou seja, foram entrevistadas pessoas que trabalharam nas creches, pessoas que fizeram parte das associações, ou eram moradores do bairro no período pesquisado, e as mães. A ausência dos pais nessa etapa da pesquisa se justifica por ser a mulher o sujeito privilegiado deste estudo.

BIBLIOGRAFIA

BULPORT, Andrée Kartchevsky. *Trabalho Feminino, Trabalho das Mulheres: Forças em jogo nas abordagens dos especialistas*. In: **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOBO, Elizabeth Souza et. al. *A “prática invisível” das operárias*. In: **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 131

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História da Mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Trama e Poder** Trajetórias e polêmicas em torno da indústria de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934) – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

RONCI, Donatella. *Operárias divididas entre a casa e a fábrica*. In: **O sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEPOENTES:

Entrevista realizada por esta pesquisadora no período de maio a junho de 2001, na residência de Dona Marlene em Uberlândia, perfazendo um total de 180 minutos de duração. Marlene dos Santos Abadio. 72 anos, casada, mãe de 5 filhos, dois homens e três mulheres. Moradora do bairro Santa Luzia, há 35 anos. Ela exerceu a função de lavadeira e passadeira por mais de 40 anos. Dois de seus filhos estiveram na creche do bairro no período de 3 anos.

Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 15/03/02, nesta cidade no campus Santa Mônica/UFU, com duração de 120 minutos. Depoimento de Maucia Vieira dos Reis, 51 anos mora em Uberlândia desde os 08 anos de idade e no bairro Conjunto Alvorada desde 1981. É casada e tem 3 filhos. Ela é técnica em enfermagem, trabalha na Universidade Federal de Uberlândia, atualmente está trabalhando no CDHIS – Centro de Documentação Histórica, da UFU. Mestranda em História Social.

Entrevista realizada por esta pesquisadora no mês de junho de 2001, no Centro de Estudos CEMEPE, na cidade de Uberlândia, tendo duração de 150 minutos. Renildes Sirlei de Barros, tem 44 anos, formada em Pedagogia habilitação em Supervisão Escolar. Sua função na Prefeitura é Supervisora Pedagógica e é concursada pela Secretaria Municipal de Educação. Começou como professora, um ano depois foi para supervisão e está até hoje. Porém sua atuação sempre foi na Secretaria de Desenvolvimento Social e com creche de 0 a 6 anos.